

10 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Secretária de Renan Filho ganha foro em corte presidida pelo pai

Mellina Torres Freitas foi denunciada por desvios de R\$ 16 mi quando era prefeita de Piranhas, no sertão alagoano

Tiago de Holanda

ESPECIAL PARA O ESTADO / MACEIÓ

A nomeação de Mellina Torres Freitas (PMDB) como secretária de Cultura de Alagoas pelo governador Renan Filho (PMDB) levará o processo em que ela é acusada de liderar um desvio de R\$ 15,9 milhões, quando era prefeita de Piranhas, no sertão do Estado, para a corte presidida por seu pai. O caso teve início na 17.^a Vara Criminal de Maceió, mas secretários estaduais tem prerrogativa de serem julgados pelo Tribunal de Justiça (TJ), cujo presidente é o desembargador Washington Luiz Damasceiro Freitas, pai de Mellina.

Segundo o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc), braço do Ministério Público de Alagoas, Mellina comandou um grupo que fraudou 23 processos de licitação e realizou 385 pagamentos ilegais entre 2009 e 2012, quando governou Piranhas. A denúncia pede a condenação da ex-prefeita por peculato, falsidade ideológica, uso de documentos falsos e formação de quadrilha.

Quando a denúncia foi entregue à Justiça, em abril de 2013, o Gecoc requereu a prisão preventiva dos 13 acusados, alegando que em liberdade eles poderiam intimidar testemunhas e atrapalhar as investigações. Mellina obteve um mês antes um salvo-conduto expedido pelo desembargador do TJ Fernando Tourinho de Omena Souza.

Experiência

“A nomeação para a Secretaria da Cultura de Alagoas foi motivada pela experiência em gestão e administração. As denúncias e o processo não (me) impedem de assumir o cargo”



Mellina Torres Freitas
(PMDB)

SECRETÁRIA
DE CULTURA DE
ALAGOAS

No tribunal, o processo da ex-prefeita deve ser julgado pela Câmara Criminal – do qual Tourinho é um dos quatro membros. Empossado na presidência do TJ segunda-feira, o pai de Mellina não faz parte dessa câmara. Washington Luiz já exerceu cargos políticos pelo PMDB, como vereador de Piranhas entre 1989 e 1990 e deputado estadual entre 1991 e 1998.

Reação. Centenas de artistas e produtores culturais estão engajados num movimento que pede para Mellina ser destituída do cargo. Eles integram o Movimento Cultural Alagoano (Mova), que publicou uma petição online dirigida a Renan Filho em que classifica a nomeação como “terrível paradoxo ético”. O documento tem mais de mil assinaturas. No Facebook, o grupo tem 3,8 mil seguidores.

Por meio de sua assessoria de imprensa, Renan Filho disse que a nomeação de Mellina não tem relação com o processo judicial e que “mantém plena confiança na capacidade de Mellina e desconsidera qualquer tipo de alusão à gestão dela” em Piranhas.

A secretária, também por meio de sua assessoria, afirmou que na próxima semana se reunirá com “representantes da cultura alagoana para traçar projetos e ações que unam a classe e engrandecem a cultura alagoana”. Ela disse entender as “insatisfações como democráticas”, mas alegou que sua nomeação foi motivada pela “experiência em gestão e administração”. O pai de Mellina foi procurado, via assessoria de imprensa do TJ, mas não se manifestou até esta edição ser concluída.

10 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

STF suspende quebra de sigilo de repórter

‘É importante resguardar a garantia constitucional da liberdade de imprensa’, afirma o presidente da Corte, Ricardo Lewandowski

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, suspendeu decisão judicial que determinou a quebra de sigilo telefônico do jornalista Allan de Abreu Aio e do jornal Diário da Região, de São José do Rio Preto (SP). O ministro considerou que é importante resguardar a garantia constitucional da liberdade de imprensa.

O caso foi levado ao Supremo pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ) após a 4.ª Vara Federal de Rio Preto atender a pedido do Ministério Público Federal para ter acesso ao conteúdo telefônico do repórter e do jornal. O jornal recorreu da decisão local, mas teve liminar negada no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3.ª Região.

Com a quebra de sigilo, o Ministério Público Federal pretendia identificar a fonte que forneceu ao jornalista informações sobre uma operação da Polícia Federal que investigou esquema suspeito de corrupção na Delegacia do Trabalho da cidade – a missão da PF ficou conhecida como Operação Tamburutaca.

O repórter publicou reportagem sobre o assunto em maio de 2011, na qual constam trechos de conversas por telefone interceptadas judicialmente em processo que está sob sigilo de Justiça. O Ministério Público Federal alegou, para solicitar a quebra de sigilo telefônico do jornalista, que as informações confidenciais da operação foram divulgadas sem a devida autorização judicial. Em inquérito policial, o jornalista não divulgou suas fontes em cumprimento ao dever profissional.

o ‘Complexidade’

“(O tema) é da mais alta complexidade. De um lado está uma das garantias mais importantes à liberdade de imprensa: o sigilo da fonte. De outro, a violação do segredo de Justiça”

Ricardo Lewandowski

PRESIDENTE DO STF

Mérito. Ao analisar o caso na quinta-feira passada, Lewandowski suspendeu os efeitos da decisão em caráter liminar até que o processo retorne da Procuradoria-Geral da República com as informações solicitadas pelo tribunal. O mérito da ação será analisado pelo relator da reclamação levada ao Supremo, ministro Dias Toffoli, na volta do recesso da Corte.

A ANJ sustenta no Supremo que a decisão da 4.ª Vara Federal de São José do Rio Preto desrespeita decisão da Corte que entendeu que a Lei de Imprensa não foi recepcionada pela Constituição e, portanto, viola o direito às liberdades de informação e de expressão jornalística, bem como a regra que protege o sigilo de fonte.

O Supremo, de acordo com a entidade, “estabeleceu a impossibilidade de o Estado fixar quaisquer condicionamentos e restrições relacionados ao exercício da profissão jornalística”.

Lewandowski considerou o tema “da mais alta complexidade”. “De um lado está em jogo uma das garantias mais importantes à liberdade de imprensa e, portanto, a própria democracia: o sigilo da fonte. De outro, a violação do segredo de Justiça,

destinado a proteger os direitos constitucionais à privacidade, à intimidade, à honra, à imagem ou nos casos em que o interesse público o exigir, como, por exemplo, para assegurar a apuração de um delito”, afirmou o presidente do STF.

Para a ANJ, ao acolher a argumentação de que a decisão judicial de Rio Preto implicaria a violação do direito de sigilo de fonte, Lewandowski “agiu no sentido de proteger esse preceito que é um dos pilares da liberdade de imprensa, sendo uma das conquistas democráticas incorporadas à Constituição de 1988”. “A preservação da identidade das fontes jornalísticas é um dos mais importantes recursos do jornalismo”, disse a ANJ por meio de nota após a decisão do presidente do Supremo.

10 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

TJ suspende aumento da tarifa em BH; protesto perde força

Alex Capella

ESPECIAL PARA O ESTADO
BELO HORIZONTE

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) suspendeu ontem o reajuste de 8,5% no preço das passagens de ônibus nas linhas suplementares. A medida foi anunciada após o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ter verificado erro no cálculo do aumento. A tarifa havia subido para R\$ 3,10. Com a liminar, as empresas terão de voltar a cobrar R\$ 2,85.

No entanto, o preço antigo só passará a valer após a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) ser notificada, o que deve acontecer hoje. A liminar foi concedida pelo desembargador Elias Camilo Sobrinho, da 3.^a Câmara Cível do TJMG. A justificativa do magistrado para a suspensão é que o cálculo do reajuste compete à prefeitura e não à BHTrans. "O presidente da BHTrans não era competente para autorizar este aumento. Essa competência é do prefeito."

O reajuste no preço das passagens gerou revolta entre usuários e uma manifestação foi marcada para ontem na Praça Sete, no centro. Segundo a Polícia Militar, integrantes do movimento Tarifa Zero se concentraram na Avenida Antônio Carlos, fechando a via no sentido bairro por pouco tempo. Eles chegaram a fechar uma das estações do Move (sistema de BRT), mas o movimento se dispersou.

SÔNIA RACY

Juventude...

Pesquisa recém-tabulada pela Secretaria-Geral da Presidência da República aponta que quase metade (48%) dos presos brasileiros recebeu pena de até oito anos de reclusão em 2012.

O estudo, intitulado *Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil*, mostra que a maioria dos presos tinha até 29 anos de idade (54,8%). E que a detenção de jovens foi 2,5 vezes maior do que a de não jovens para grupo de 100 mil habitantes de cada faixa etária.

...difícil

Já em relação à raça, o mapa mostra que, em 2012, havia 191 brancos presos para cada grupo de 100 mil habitantes brancos; e 292 negros para cada 100 mil habitantes negros.

O levantamento da secretaria ressalta também a tendência do Judiciário de encarcerar presos com penas de até quatro anos (17,8%) ao invés de imputar as chamadas "medidas alternativas".

10 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

A súmula que assusta o Senado

Embora esteja aberta para discussão e apresentação de sugestões desde abril de 2012, só agora a Proposta de Súmula Vinculante n.º 69 do Supremo Tribunal Federal (STF) parece preocupar o Congresso. A proposta considera inconstitucionais todos os incentivos tributários concedidos pelos governos estaduais sem a prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e, por isso, acaba com a guerra fiscal entre os Estados. Em tese, ela resolve uma questão que o Poder Legislativo deveria ter solucionado há muito tempo por meio da aprovação de legislação específica. Mas só agora, com grande atraso, o tema passou a ser examinado pelo Senado.

Mas há o risco de o STF publicar a súmula vinculante antes de o Congresso decidir a questão. Em setembro, o presidente da Comissão de Jurisprudência do STF que trata da proposta, ministro Gilmar Mendes, manifestou-se pela admissibilidade da súmula e pela conveniência de sua edição, sugerindo, por isso, sua inclusão na pauta do Supremo. A proposta já tem o parecer favorável do procurador-geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, e, na essência, reafirma decisões anteriores do Supremo a respeito da guerra fiscal entre os Estados, o que sugere sua aprovação pela Corte.

Mas, em dezembro, o presidente da Comissão de Assun-

tos Econômicos (CAE) do Senado, Lindbergh Farias (PT-RJ), encaminhou ofício ao presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, no qual pede que, ao decidir sobre a proposta de súmula vinculante, a Corte “leve em consideração” o esforço do Senado para resolver o problema. O que o senador deseja, na prática, é que o STF aguarde a decisão do Senado sobre a questão, pois a aplicação pura e simples da súmula vinculante “terá profundo impacto sobre o equilíbrio federativo, bem como sobre as finanças estaduais e das empresas que usufruíram dos benefícios fiscais”.

De fato, embora tardiamente – e decerto pressionado pelo risco de ser atropelado pelo Supremo caso não aja com mais rapidez –, o Senado tem tomado algumas decisões, sobretudo no âmbito da CAE. No início de novembro, a CAE aprovou o projeto que permite aos Estados a legalização dos incentivos fiscais concedidos sem a aprovação prévia do Confaz – que seriam declarados inconstitucionais caso a súmula do STF entrasse em vigor já.

O texto aprovado é um substitutivo de autoria do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) que autoriza a remissão (perdão) dos créditos tributários decorrentes de incentivos concedidos em desacordo com a Constituição. O texto também facilita a recriação dos benefícios que antes poderiam ser declarados inconstitucionais, por meio de convênios que tenham a concordância de pelo menos

dois terços dos membros do Confaz (que reúne os secretários da Fazenda de todos os Estados e do Distrito Federal) de cada uma das cinco regiões do País – e não mais por unanimidade, como se exige hoje. O texto retira também a exigência, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os benefícios fiscais já concedidos e que serão convalidados sejam acompanhados da obrigatoriedade de compensação das perdas de receita que eles provocaram. A aprovação desse texto seria uma vergonhosa convalidação da guerra fiscal.

No ofício ao presidente do STF, Farias lembra que, na reunião realizada no mês passado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), com os líderes partidários e com os então ministros indicados da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, ficou decidido que a matéria terá tramitação prioritária na nova legislatura.

Se aprovada pelo STF, a súmula uniformizará o entendimento do Judiciário sobre os benefícios decorrentes da guerra fiscal, mas forçará os Estados que dela participaram a cobrar das empresas beneficiadas todos os tributos aos quais tinham renunciado desde 2008. Sua aplicação pura e simples, sem nenhuma modulação, teria, assim, grande impacto sobre as finanças de um grande número de empresas que, nos últimos anos, foram beneficiadas pela generosidade de vários governos estaduais.

11 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Caras e bocas

Os menores hoje são 007: têm licença para matar

YOUSSEF ABOU CHAHIN, novo delegado-geral da Polícia Civil de São Paulo, dizendo-se favorável à redução da maioridade penal. Jovens de 16 a 18 anos são responsáveis por apenas 0,5% dos homicídios no País

Daqui a pouco vai ser mais fácil matar o marginal no ventre (da mãe)

MARTIM DE ALMEIDA SAMPAIO, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, rebatendo Chahin. 'O problema é outro. Temos uma polícia incompetente, que não investiga', acrescentou

É mais fácil acabar com a miséria do que acabar com o preconceito contra os pobres

TEREZA CAMPELLO, ministra do Desenvolvimento Social, defendendo metas contra a miséria e afirmando que a luta contra o preconceito é uma agenda dos próximos quatro anos

SÔNIA RACY

Não é comigo

Nem atrasos nem cancelamentos nem overbooking. A liderança do ranking de reclamações nos juizados especiais instalados em Congonhas e Cumbica, durante as férias do Judiciário, foi a falta de assistência por parte das companhias aéreas.

Das 304 reclamações registradas entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, 220 dizem respeito ao mau desempenho do staff das empresas.

Dinheiro parado

A OAB de São Paulo está pedindo ao Tribunal Regional Federal que libere os precatórios já depositados e programados para serem repassados este semestre – cerca de R\$ 400 milhões.

O entrave começou quando a ministra **Nancy Andrighi**, corregedora do CNJ, decidiu que todo precatório da União tivesse seu pagamento suspenso e valores devidamente recalculados.

12 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Saúde. Foram registrados 2.011 processos em 2013, média de um a cada quatro horas, ante 1.514 em 2010; levantamento mostra que remédios contra câncer e diabete são os itens mais pedidos judicialmente.

Para juíza, aumento é reflexo da conscientização da população

Ações na Justiça de SP por tratamentos e medicamentos sobem 32% em 3 anos

Fabiana Cambricoli

O número de pacientes que entraram na Justiça contra o Sistema Único de Saúde (SUS) na capital paulista na busca por tratamentos ou medicamentos não oferecidos na rede pública cresceu 32% em três anos, segundo dados obtidos pelo Estado com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

Em 2010, foram ajuizadas 1.514 ações nas varas da cidade de São Paulo responsáveis por receber pedidos de procedimentos médico-hospitalares ou remédios. Em 2013, o número de processos do tipo passou para 2.011, uma média de uma nova ação a cada quatro horas.

Estão incluídos nesses números pedidos de remédios ou terapias ainda não disponíveis no Brasil ou na rede pública ou mesmo procedimentos que são cobertos pelo SUS mas que, por indisponibilidade momentânea ou longas filas de espera, demoram a ser oferecidos.

Os órgãos acionados no âmbito estadual são as secretarias da saúde do Município ou do Estado. Só no ano passado, a Secretaria Municipal da Saúde gastou R\$ 3,2 milhões com demandas judiciais, 20% a mais do que em 2010, quando o custo com

Acesso

“Mais do que dar decisões, a Justiça passou a pautar o Executivo para melhorar as políticas públicas de acesso a tratamentos.”

Maria Gabriella Spaolonzi. JUÍZA

ações foi de R\$ 2,6 milhões. A pasta estadual não informou os valores gastos.

Para o advogado Julius Conforti, especializado em direito à saúde, o aumento é resultado de falhas do governo na oferta da assistência médica adequada. “A primeira razão para o aumento das ações é a morosidade com que as novas tecnologias que surgem na medicina são incorporadas pelo SUS”, diz ele. “Mas outro fator é a insatisfatória e baixa qualidade dos serviços oferecidos pelos planos de saúde. Muitos consumidores que têm recusas de atendimento dos convênios acabam buscando o SUS. Diante de nova negativa, são obrigados a ingressar em juízo”, afirma o advogado que, em seu escritório, entra com 15 a 20 novas ações de saúde por mês, somando processos contra o SUS e planos de saúde.

Alto custo. Diagnosticado com câncer de próstata em 2009 e em tratamento até hoje, o aposentado José Augusto Pericelli, de 64 anos, se viu obrigado a entrar na Justiça em 2013, quando precisou de um medicamento que, embora comercializado no Brasil, não era oferecido pelo SUS. “Precisava tomar um comprimido por dia. Cada frasco com 30 comprimidos custava R\$ 11 mil. Não tinha condições de pagar. Meu próprio médico me orientou a entrar na Justiça”, conta ele.

Duas semanas depois de contratar um advogado para cuidar do caso, o aposentado conseguiu decisão judicial favorável e o SUS foi obrigado a fornecer o medicamento. “Ter a possibilidade de entrar na Justiça foi fundamental. Se eu não tivesse conseguido essa vitória, talvez nem estivesse aqui dando esse depoimento”, diz ele. “O problema é que muita gente não sabe dessa opção ou não tem dinheiro para pagar um advogado.”

Segundo levantamento feito a pedido do Estado nas 14 Varas da Fazenda Pública da capital, os itens mais pedidos em ações são remédios para o tratamento de câncer e insulinas, usadas no combate ao diabete.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

12 JAN 2015

Mais informação. Juíza titular da 13.^a Vara da Fazenda Pública de São Paulo, Maria Gabriella Pavlóoulos Spaoloni afirma que o grau de informação da população sobre o tema vem aumentando e é uma das razões que explicam o aumento no número de ações. “A população, incluindo os mais pobres, tem se alertado para os seus direitos. Temos muitas pessoas mais humildes que chegam aqui com pedidos de medicamentos feitos pela Defensoria Pública”, diz ela.

A juíza acompanha a evolução dos processos relacionados à saúde desde a década de 1990, quando o principal objeto de ações eram os medicamentos para a aids. “Desde então, a Justiça aprendeu muito. No começo, os juízes davam ganho de causa para qualquer pedido de medicamento. Começamos a perceber que algumas pessoas passaram a se aproveitar da situação. Surgiram máfias de remédios, às vezes com a participação de laboratórios”, conta.

Até hoje, de acordo com a magistrada, há casos de ações indevidas que causam gastos desnecessários ao governo. “Em 2012, a Secretaria Estadual da Saúde teve prejuízo de R\$ 6 milhões com medicamentos comprados por decisão judicial e que não foram retirados pelos pacientes”, afirma.

Para tentar equilibrar o quadro, o Juizado Especial da Fazenda Pública de São Paulo criou, no final de 2012, em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde, uma triagem farmacêutica no próprio prédio do Judiciário para atender pacientes e advogados interessados em ingressar com ações.

No local, ficam dois funcionários da Secretaria da Saúde com acesso aos prontuários médicos dos pacientes e que podem orientar sobre a necessidade de ingresso da ação. “Com isso, às vezes conseguimos resolver o problema do paciente sem a necessidade de um advogado e de uma ação”, diz a juíza.

O crime pode ser nosso e a punição também

O crime é um fenômeno humano, representado por uma conduta que é descrita pela lei penal, que prevê uma sanção para quem o comete, sendo por essas razões passível de ser praticado por todo e por qualquer homem.

Assim sendo, ninguém poderá, em sã consciência, afirmar que jamais cometerá um crime. Repito, trata-se de um evento inserido dentro das atividades humanas e que assim, potencialmente, sujeita cada um de nós à sua prática.

É claro que há delitos e delitos. Sabemos que, em face da formação ética e moral, como também dos valores superiores que informam a sua conduta, o homem que preza o seu semelhante jamais adotará determinadas condutas previstas pela lei penal, em face da enormidade de infâmia e de desumanidade nelas contidas.

No entanto, mesmo no rol dos delitos chamados de hediondos, por paradoxal que possa parecer, o crime de homicídio, por exemplo, é um daqueles crimes que poderá ser cometido por qualquer um de nós, embora atinja o bem supremo que é a vida.

Exatamente por ser um crime de ímpeto, provocado por circunstâncias criadas pela própria vida, é grande o seu grau de imprevisibilidade, podendo atingir o mais equilibrado e ponderado dos homens, que diante de situações excepcionais passa a ter a sua vontade subjugada por estas mesmas circunstâncias.

Repito, portanto, que alguns crimes, como o homicídio, podem ser cometidos por qualquer cidadão, independentemente dos elevados princípios que possam orientar a sua conduta.

As prisões temporária e preventiva estão sendo decretadas de forma absolutamente açodada

Ademais, não se pode esquecer a possibilidade de haver uma acusação falsa em razão das distorções da realidade ou por outro qualquer fator, atingindo um inocente.

Saliente-se: acusações improcedentes ou desproporcionais à própria realidade delituosa, que conduzem às condenações injustas, estão cada vez mais presentes no nosso sistema de Justiça.

Esse sistema está, atualmente, impregnado por uma cultura punitiva que cria sempre a expectativa da culpa e da condenação, e jamais a da inocência e da absolvição.

Essa digressão sobre o crime como fenômeno que contém a possibilidade de envolver todo e qualquer homem, bem como sobre a existência de um sistema judicial penal falho e sujeito a influências punitivas advindas de uma sedimentada cultura repressiva, se faz mister para mostrar que a atividade penal não pode ter como foco exclusivo a punição, mas também é imperioso que exista para garantir a liberdade ou a aplicação da pena justa.

O Direito Penal, com base nos parâmetros emanados da Constituição federal, tem por escopo descrever de forma clara e precisa condutas prejudiciais à sociedade e sancioná-las, por atingirem valores que não puderam ser eficazmente protegidos por outros ramos do ordenamento positivo. Isto é, só devem ser penalmente previstas as condutas cuja lesividade não pode ser coibida por outros setores do Direito.

No entanto, a sua missão não se exaure com a punição. Tem também como escopo a proteção do indivíduo contra os excessos do Estado, para impedir que a punição se transforme em vingança e em expiação.

Assim, o Direito Penal e o Direito Processual Penal – este também refletindo as garantias e os direitos outorgados pelo artigo 5.º da Constituição federal – procuram conciliar a liberdade e a dignidade pessoais com a obrigação estatal de acusar e de punir os responsáveis pela prática delitiva. Devem, portanto, compatibilizar punição e liberdade. O sistema acusa e pune, mas também protege o cidadão acusado, garantindo-lhe a observância dos seus direitos, para evitar a vingança, a barbárie e a desumanidade.

Por tais razões, a sociedade deveria exigir dos executores do sistema mais atenção aos malefícios representados por certas medidas de força, dentre as quais se destacam as prisões cautelares, adotadas ainda no nascedouro das investigações.

É preciso, no entanto, que a própria sociedade, por intermédio de cada cidadão, para se opor aos excessos do sistema, repense a hoje sedimentada cultura punitiva, e entenda que o crime não é “dos outros”, mas, como uma possibilidade, é de todos nós. Além do mais, é imprescindível que passe a exigir o respeito absoluto aos direitos de um acusado e abandone a ideia de ser a prisão a única resposta para o crime.

CONTINUA

12 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

As prisões, temporária e preventiva, estão sendo decretadas, há algum tempo, de forma absolutamente açodada, antes mesmo de qualquer ato de investigação, baseadas somente em notícias vagas e inconsistentes provenientes de alguma acusação ainda nem sequer conferida, ou até mesmo anônima.

A necessidade do encarceramento, comprovada por fatos concretos, deveria nortear as decisões respectivas sem que fosse levada em consideração, como ocorre em nossos dias, a indigitada culpabilidade, que só será apreciada quando da sentença, após a instauração e a instrução do processo.

No entanto, as prisões cautelares, lamentavelmente, em sua maioria, estão sendo decretadas para atender a uma sociedade sequiosa por castigo, para atender a uma mídia sensacionalista e, agora, de forma já confessada, para se obterem delações, objetivo desprovido de qualquer justificativa legal e ética, semelhante à tortura.

É fundamental, até para a manutenção do Estado Democrático de Direito, não esquecer que existem a culpa e a inocência, a prisão e a liberdade, os deveres do Estado e os direitos do acusado.

Reitera-se: o crime é um fato inerente à sociedade e, portanto, qualquer cidadão poderá ser vítima deste hoje aplaudido sistema punitivo, porque ele é potencialmente nosso e sentar no banco dos réus não é exclusividade dos culpados, pois também os inocentes estão sujeitos a ocupá-lo.



10 JAN 2015

GAZETA DO POVO

DECISÃO

Presidente do STF suspende quebra de sigilo telefônico de jornalista

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, suspendeu ontem, a pedido da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), a decisão de um juiz federal que determinava a quebra do sigilo telefônico de um jornal e de um jornalista para tentar identificar a fonte de uma reportagem. De acordo com o presidente da Corte, a suspensão visou preservar a liberdade de imprensa e o sigilo constitucional da fonte. "Estar-se-á resguardando uma das mais importantes garantias constitucionais, a liberdade de imprensa, e, reflexamente, a própria democracia", diz trecho da decisão.

O caso em questão trata da quebra de sigilo determinada contra o "Diário da Região", de São José do Rio Preto (SP), e contra o jornalista Allan de Abreu. Ele escreveu reportagens sobre a Operação Tamburuta da Polícia Federal, que tratou de um esquema de corrupção na Delegacia do Trabalho da cidade.

Em seus textos foram veiculados trechos de escutas telefônicas da operação. Como o material era protegido por segredo de Justiça, o Ministério Público Federal iniciou uma investigação para tentar descobrir quem vazou a documentação para o jornalista.

Questionado sobre suas fontes, Abreu evocou o preceito constitucional e não revelou quem lhe passou as escutas. O MPF, por sua vez, foi à Justiça. A quebra foi autorizada pelo juiz Dasser Lattiere Júnior, da 4ª Vara Federal de São José do Rio Preto. O jornal recorreu, mas, no fim de 2014, o Tribunal Regional Federal da Terceira Região manteve a quebra.

Devido a isso, a ANJ enviou uma reclamação ao STF para tentar derrubar a decisão do juiz e garantir o princípio constitucional do sigilo da fonte.

10 JAN 2015

GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA

Jovens negros são os mais vulneráveis

Prévia de estudo do Fórum Brasileiro de Segurança mostra que a desigualdade segue fazendo vítimas no país, principalmente se você for preto ou pardo

Diego Ribeiro

Em seis anos, Brasil viu assassinatos de jovens negros crescerem 21%. É o que aponta a pesquisa Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade (IVJ 2014), encomendada pelo Ministério da Justiça ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Dos 29,9 mil jovens brasileiros vítimas de homicídios em 2012, 76% eram negros ou pardos. O governo federal deve divulgar os dados completos nos próximos dias, de acordo com o fórum.

O estudo, que analisa dados entre 2007 e 2012, aponta ainda que a probabilidade de um jovem negro morrer é duas vezes e meia maior que a de um jovem branco. A base da pesquisa é homicídio cometido contra pessoas com idade entre 12 e 29 anos.

A pesquisa ponderou o tamanho da população de jovens brancos e negros e a taxa de homicídio para che-

gar ao índice relativo de risco de morte. Esse risco é muito maior que a média nacional em estados do Nordeste.

No Sul, o problema é menor (veja o gráfico), mas os três estados viram um aumento de 20% nos assassinatos de jovens negros no período. No Paraná, esses homicídios cresceram 14%.

Ainda assim, a pesquisa mostrou que os estados do Sul têm as menores diferenças entre as chances de jovens negros e brancos serem mortos. Segundo a pesquisa, o único estado onde um jovem branco tem mais chances de ser vítima de homicídio é o Paraná, com índice 0,7. Em todo estado, a taxa de homicídio de jovens brancos chega a 71 por 100 mil habitantes, enquanto a de jovens negros atinge 47 por 100 mil.

A pesquisa foi realizada para tentar orientar as políticas públicas nacionais para conter a violência em várias áreas e diferentes níveis de governo. De acordo com a ponderação do estudo, os índices estão estabelecidos entre zero e um. Quanto maior o valor, maior a vulnerabilidade do jovem naquela região.

O número de assassinatos de jovens brancos caiu 6% no país nos seis anos analisados pela pesquisa. Na região Sul, contudo, houve um aumento de 3% (porcentual que é considerado sinal de estabilidade por alguns pesquisadores).

PONDERAÇÃO

Risco grande para os brancos no PR precisa ser vista com cautela

Para o coordenador do Centro de Estudos da Violência e Direitos Humanos da UFPR, Pedro Bodê, é preciso ter cautela ao apresentar os dados paranaenses neste contexto nacional. Ele lembra que não analisou a pesquisa, mas falou de forma hipotética sobre o caso.

Segundo Bodê, pode haver um problema na identificação da cor das vítimas no Paraná. "A população mais vitimizada é da periferia, onde há mais negros (e pardos). [Apesar da pesquisa], ainda penso que o Paraná tem o mesmo quadro nacional", disse, desconfiado.

O índice paranaense chama mais atenção ainda quando visto ao lado do número de jovens negros no estado. No Paraná, há quase 1 milhão de jovens negros e pardos, enquanto estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina tem 559 mil e 347 mil, respectivamente. (DR)

"A população mais vitimizada é da periferia, onde há mais negros. [Apesar da pesquisa], ainda penso que o Paraná tem o mesmo quadro."

Pedro Bodê, professor da UFPR.

CONTINUA

10 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ASSASSINATOS

Em seis anos, o número de jovens negros vítimas de homicídios cresceu 21% no Brasil.

	jovens brancos				jovens negros		
	2007	2012	Var. %		2007	2012	Var. %
Região Norte	194	283	46		2.000	3.013	51
Rondônia*	35	52	49		164	184	12
Acre*	18	7	-61		49	86	76
Amazonas*	19	53	179		407	680	67
Roraima*	3	5	67		37	59	59
Pará	97	122	26		1.165	1.713	47
Amapá*	14	17	21		91	139	53
Tocantins*	8	27	238		87	152	75
R. Nordeste	656	833	27		7.826	10.526	35
Maranhão	78	86	10		548	874	59
Piauí*	24	30	25		168	236	40
Ceará	109	124	14		798	1.134	42
Rio G. do Norte*	48	111	131		286	545	91
Paraíba*	18	38	111		423	785	86
Pernambuco	139	80	-42		2.478	1.707	-31
Alagoas*	41	58	41		747	1.170	57
Sergipe*	38	38	0		218	439	101
Bahia	161	268	66		2160	3636	68
R. Sudeste	3.566	2.767	-22		6.792	6.103	-10
Minas Gerais	620	605	-2		1.743	1.930	11
Espírito Santo	107	84	-21		709	827	17
Rio de Janeiro	1.082	600	-45		2.866	1.841	-36
São Paulo	1.757	1.478	-16		1.474	1.505	2
Região Sul	2.537	2.611	3		743	895	20
Paraná	1.369	1.456	6		401	456	14
Santa Catarina	275	311	13		56	102	82
Rio G. do Sul	893	844	-5		286	337	18
R. Centro Oeste	490	538	10		1.499	2.347	57
Mato G. do Sul	108	73	-32		212	209	-1
Mato Grosso	96	120	25		290	431	49
Goiás	224	298	33		619	1.222	97
Distrito Federal*	62	47	-24		378	485	28
BRASIL	7,4mil	7,0mil	-6		18,9mil	22,9mil	21

RISCO RELATIVO

A pesquisa ponderou o tamanho da população de jovens brancos e negros e a taxa de homicídio para chegar ao índice relativo de risco de morte. Dá pra usar como gravata que faltou lá sobre o risco relativo.

	2007	2012
Paraíba*	15,67	13,40 ▼
Pernambuco	10,52	11,57 ▲
Alagoas*	8,45	8,75 ▲
Distrito Federal*	4,48	6,53 ▲
Espírito Santo	4,72	5,91 ▼
Sergipe*	2,28	4,24 ▲
Ceará	3,60	4,01 ▲
Acre*	0,98	3,82 ▲
Amazonas*	6,59	3,67 ▼
Pará	3,56	3,64 ▲
Bahia	3,83	3,54 ▼
Rio G. do Norte*	4,12	3,40 ▼
Roraima*	3,79	3,29 ▼
Maranhão	2,18	2,80 ▲
Piauí*	2,39	2,76 ▲
Amapá*	2,20	2,63 ▲
Goiás	2,12	2,61 ▲
Mato G. do Sul	1,96	2,39 ▲
Rio de Janeiro	2,38	2,31 ▼
Minas Gerais	2,37	2,20 ▼
Mato Grosso	1,93	1,97 ▲
Rondônia*	2,76	1,78 ▼
Tocantins*	3,92	1,75 ▼
Rio G. do Sul	1,59	1,67 ▼
São Paulo	1,50	1,49 ▼
Santa Catarina	1,15	1,42 ▲
Paraná	0,76	0,66 ▼

I. Por grupo de 100 mil habitantes, por raça/cor.

*Estados com menos de 50 homicídios em algum dos grupos de cor em algum dos anos: Resultados mais instáveis e que devem ser interpretado com cautela.

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial – 2014; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Infografia: Gazeta do Povo.

1 1 JAN 2015

GAZETA DO POVO

>> PESQUISA DO CNJ

TRE-PR fica em último em ranking de uso de tecnologia

Kelli Kadanus

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) apresentou um nível crítico de tecnologia em 2014, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O tribunal ficou em último lugar no ranking composto por 27 TREs, de acordo com a pesquisa de Portes e de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação dos Tribunais do Poder Judiciário, realizada em todo o Brasil.

Os demais tribunais paranaenses aparecem com nível aprimorado de tecnologia, de acordo com os dados do CNJ. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) é o mais bem colocado e aparece em 4.º lugar no ranking nacional, atrás dos tribunais de Pernambuco, Espírito Santo e Mato Grosso.

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) aparece em 9.º lugar na lista nacional. O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), que atende aos estados do Sul do Brasil, também apresentou nível aprimorado de tecnologia em 2014.

Apesar da evolução, todos os tribunais do Paraná caíram de posição no ranking nacional em relação ao ano anterior. Em 2013, as Cortes judiciais do estado alcançaram o nível satisfatório em tecnologia. O TRE aparecia em 4.º lugar no ranking dos tribunais eleitorais e foi o que apresentou a maior queda — foi parar

em último lugar com um nível crítico em tecnologia, de acordo com o relatório do CNJ. Já o TRT aparecia em 3.º lugar, enquanto o TJ ocupava a 6.ª posição no ranking.

A pesquisa é realizada desde 2010, por meio de respostas de 91 tribunais do país (inclusive os superiores) a um questionário com mais de 500 perguntas. Segundo a pesquisa de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) têm nível aprimorado de tecnologia.

OUTROLADO

A assessoria de imprensa do TRE informou que o CNJ deixou de computar as respostas enviadas pelo tribunal em quatro dos cinco itens avaliados, por isso a colocação caiu em 2014. O TRE lembrou ainda que ficou em 4.º lugar no ranking em 2013. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) comemorou a classificação como nível aprimorado no relatório do CNJ. "Isso é fruto de um trabalho que vem desde 2007", disse o desembargador Marcelo Gobbo Dalla Dea. "O Paraná tem hoje todas as comarcas digitalizadas." De acordo com o desembargador, o TJ vai começar esse ano a digitalização de todos os processos em 2º grau. "O Tribunal de Justiça do Paraná é o único não digitalizado no 2º grau do país", disse. A migração dos processos físicos para os eletrônicos deve começar no início desse ano. Já o servidor da área de tecnologia de informação do TRT-PR Jaime de Brito afirmou que os itens avaliados pelo CNJ dizem respeito às práticas de gestão. Segundo Brito, o tribunal tem investido nas melhoras das práticas de gestão, motivo da boa avaliação do CNJ.

11 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Carceragens detêm o triplo de presos

Mais de nove mil pessoas estão detidas em delegacias do Paraná, em celas que somam 2,9 mil vagas

Felippe Aníbal

Os mais de nove mil presos mantidos em carceragens de delegacias da Polícia Civil do Paraná estão amontoados em celas que, juntas, teriam espaço para 2,9 mil pessoas. Os números constam de um levantamento feito pela **Gazeta do Povo** nas 156 comarcas do estado. Em média, as celas dos distritos detêm um número três vezes maior do que a capacidade para a qual foram projetadas. Em regiões como Londrina e Cascavel, as carceragens operam quatro vezes acima da capacidade.

Em algumas comarcas, a superlotação é ainda mais absurda. Na de Arapongas (na região de Londrina), o número de presos é 15 vezes maior que a quantidade de vagas: são 192 pessoas espremidas em celas onde caberiam 12. Na comarca de Cascavel, em um espaço para 42 pessoas, permanecem 456 detidos. Em Telêmaco Borba (regional de Ponta Grossa), 156 presos estão em celas que somam 26 vagas. Em São Mateus do Sul (regional de Guarapuava) são 84 detentos em espaço para 16. Em Pato Branco (regional de Francisco Beltrão), há 163 detidos para 20 vagas.

A manutenção de detentos em delegacias é considerada uma anomalia. A Lei de Execuções Penais (LEP) determina que os presos condenados cumpram as penas em presídios e que os que ainda aguardam julgamento permaneçam em cadeias públicas. As celas dos distritos deveriam manter os presos apenas de forma provisória, no máximo até a conclusão do inquérito policial. O provisório tem se tornado permanente.

“O preso entra [na carceragem] e nunca sai. Ele cumpre pena aqui”, diz um delegado responsável por um distrito da Região Noroeste. “Mais de 40% dos nossos presos já estão condenados. Deveriam estar em um presídio. Não aqui”, ressalta outro delegado, da Região Norte.

Impacto

O impacto é sentido de forma mais severa nos municípios do interior, onde as delegacias têm menos infraestrutura e ficam mais distantes de presídios. Os policiais vivem às voltas com ameaças de motins. Segundo o Sindicato das Classes Policiais Cíveis (Sinclapol), as delegacias do Paraná registraram mais de cem fugas em 2014. Em uma delas, houve tiroteio, que terminou

com um investigador e seis presos baleados. Neste ano, já foram quatro fugas.

“A polícia e a sociedade estão pagando um preço de sangue por isso [a custódia de presos em delegacias]. É um reflexo da inoperância administrativa do Estado, ao longo de décadas”, define o presidente do Sindicato dos Delegados do Paraná, Cláudio Marques Rolim e Silva. “As delegacias são antigas. As carceragens estão esfarelando. É dia e noite nessa tensão: se foge, se não foge”, desabafa o delegado da Região Noroeste.

As delegacias abarrotadas afetam, ainda, a eficiência da polícia. Policiais são retirados da investigação para fazer a guarda das celas. “Se eu mandar policial pra investigar, não fica ninguém cuidando dos presos. Cobram uma eficiência digna do FBI, sem dar estrutura pra isso”, diz outro delegado, que atua em Curitiba.

CONTINUA

“As delegacias são antigas. As carceragens estão esfarelando. É dia e noite na tensão: se foge, se não foge.”

Delegado da Região Noroeste que pediu para não ser identificado.

11 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SUPERLOTAÇÃO NOS XADREZES

Levantamento mostra que as carceragens de delegacias do Paraná detêm um número muito maior de presos do que a capacidade

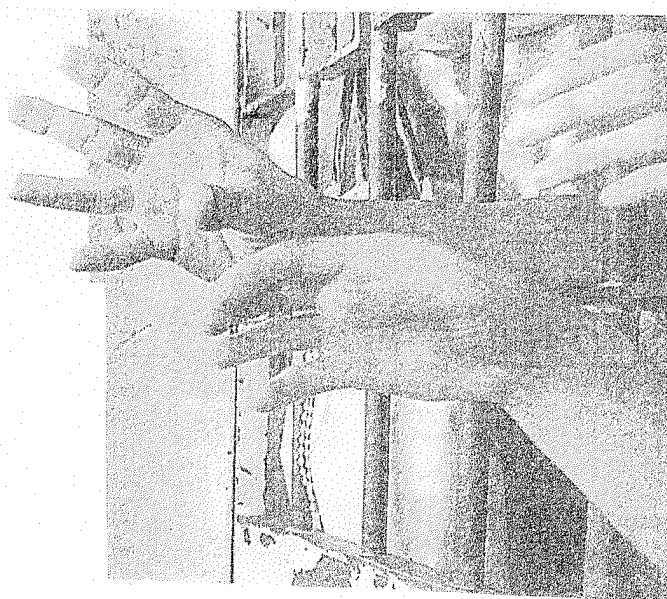
Regional	Capacidade das delegacias	Número de presos	Presos em relação à capacidade
Curitiba, RMC e Litoral	443	730	165%
Ponta Grossa	329	978	297%
Guarapuava	210	699	333%
Londrina	529	2.111	399%
Maringá	465	1.218	262%
Cruzeiro do Oeste	482	1.458	302%
Francisco Beltrão	128	383	299%
Cascavel	200	941	471%
Foz do Iguaçu	126	515	409%


Total no
Paraná
9.033
presos

2X mais
presos em
relação à
capacidade
(310%)

Capacidade
2.912

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.



As celas dos distritos deveriam manter os presos apenas de forma provisória, no máximo até a conclusão do inquérito policial.

“A polícia e a sociedade estão pagando um preço de sangue por isso [custódia de presos em delegacias].”

Cláudio Marques presidente do Sindicato dos Delegados do Paraná

CONTINUA

1 1 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sesp prevê fim do problema em dois anos

A solução do problema crônico da custódia de presos em delegacias do Paraná está condicionada à abertura de novas vagas. Desde 2013, o estado firmou contrato para a construção de 12 novos presídios e para a ampliação de oito unidades do sistema penitenciário. Entretanto, como revelou a **Gazeta do Povo** no início do ano, apesar de os recursos terem sido liberados, as obras estão praticamente paradas.

“É um problema insolúvel. Com as obras paradas, não se criam novas vagas. A polícia, obviamente, continua prendendo. Onde se vai manter essas pessoas? Não tem onde pôr”, diz a advogada Isabel Kügler Mendes, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB.

Prazo

O secretário de Segurança Pública do Paraná, Fernando Francischini, por sua vez, prevê que a questão seja resolvida em um prazo de dois anos. Nesta semana, a Sesp criou o setor de Engenharia e Arquitetura, que vai se encarregar de acompanhar o ritmo das obras. “O plano é acelerar o andamento das obras para que elas estejam concluídas no fim de 2016. Em dois anos, vamos solucionar efetivamente o problema, quase que zerando o número de presos em delegacias”, garante.

Francischini ressalta que o volume de pessoas mantidas em carceragens da Polícia Civil já vinha caindo no Paraná ao longo dos últimos quatro anos. Em 2011, mais de 16 mil presos lotavam as celas dos distritos policiais do estado. O secretário entende a erradicação dos presos em delegacias como um dos principais desafios de sua gestão. “Nos preocupa muito, por isso é uma das nossas principais missões”, sintetiza.

LEVANTAMENTO

O número de presos em delegacias de comarcas foi obtido no sistema Business Intelligence da Secretaria de Justiça, que têm o mapa do sistema carcerário do estado. O número de vagas em delegacias é do relatório gerencial da polícia.

CONTINUA

11 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Delegados temem que punições virem regra

A punição do delegado Michel Teixeira de Carvalho provocou a articulação de entidades que defendem a categoria. Carvalho era titular da delegacia da Lapa, mas foi removido do distrito pelo Departamento da Polícia Civil, depois que sete presos fugiram da carceragem.

A Associação dos Delegados do Paraná (Adepol) e o Sindicato dos Delegados afirmam que a pena imputada ao colega foi arbitrária e temem que outros sejam responsabilizados sumariamente.

Afastamento

"O afastamento [de Carvalho] sem que haja a instauração de um processo disciplinar, em que ele possa apresentar defesa,

configura um ato de arbitrariedade. O estado não oferece recursos mínimos para que o delegado faça a guarda dos presos e ainda o pune", diz o diretor da Adepol, João Ricardo Képes Noronha.

Determinação

O secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, garante que não vai haver uma "caça às bruxas", mas deixa claro que a determinação é que a Corregedoria da Polícia Civil investigue todas as fugas de presos de delegacias.

"Nem todas vão ter afastamento [do delegado]. Mas se houver indícios mínimos de omissão, faremos o afastamento para preservar a administração e a investigação", diz Francischini. "Em relação à Lapa, lá não tinha justificativa para ter tido [fuga]. [Michel Carvalho] é um bom delegado e o afastamento vai ser bom até para preservar a carreira dele", completou o secretário de Segurança Pública do Paraná.

NO CONGRESSO

Projeto quer proibir a custódia de presos em delegacias

Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados propõe a proibição de que presos provisórios fiquem detidos em carceragens de delegacias das polícias Civil ou Federal. De autoria da deputada Rose de Freitas (PMDB), a proposta tem como objetivo alterar a Lei de Execuções Penais (LEP), permitindo que o preso fique custodiado nos distritos por um período máximo de 72 horas. Já aprovado pelas comissões, o projeto aguarda para ir a plenário.

Além do desvio de função dos policiais, a deputada justifica que as delegacias são estruturas administrativas, inadequadas ao cumprimento de pena. As condições degradantes das carceragens são uma unanimidade entre quem conhece a rotina dos distritos.

"É desumano. Onde cabem dois, colocam dez. Eles precisavam se revezar para dormir. Chegam a dormir sobre o 'boi' [espécie de sanitário]. Pior que masmorra", define a advogada Isabel Mendes, da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB.

Decreto

Um decreto do governador Beto Richa, do fim de 2013, chegou a determinar o fim da custódia de presos em delegacias. Ao longo de 2014, no entanto, a **Gazeta do Povo** mostrou, em diversas oportunidades, que a medida vinha sendo descumprida. "Manter preso em delegacia não ressocializa ninguém. É algo que nos preocupa muito e um problema que temos e vamos resolver. Uma delegacia com carceragem é uma ferida a céu aberto, no meio da cidade. Uma fuga coloca bandidos no miolo do centro urbano", observa o secretário de Segurança, Fernando Francischini.

11 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Concurso da PGE tem 27 vagas para procurador

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná (PGE-PR) abriu concurso com 27 vagas para o cargo de procurador do estado. Os aprovados vão receber salário de R\$ 19.950. Podem participar apenas os candidatos que possuem bacharel em Direito e que estejam inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) — Seção Paraná. As inscrições preliminares começaram no último dia 2 de janeiro e vão até o dia 2 de fevereiro pelo site www.pucpr.br/concursos. A taxa é de R\$ 180. Do total de vagas, três são reservadas para candidatos afrodescendentes e duas para portadores de necessidades especiais.

O processo seletivo está dividido em cinco fases: inscrição preliminar, prova objetiva, prova subjetiva, inscrição definitiva e prova de títulos, que possui apenas caráter classificatório. Com 100 questões de múltipla escolha e cinco horas de duração, a prova objetiva será realizada em Curitiba no dia 8 de março. A prova subjetiva será composta de duas etapas, cada uma com 12 questões, realizadas em datas diferentes. A inscrição definitiva deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da publicação do edital de convocação. Com o pedido de inscrição definitiva em mãos, o candidato deverá apresentar os títulos a serem analisados na prova de Títulos.

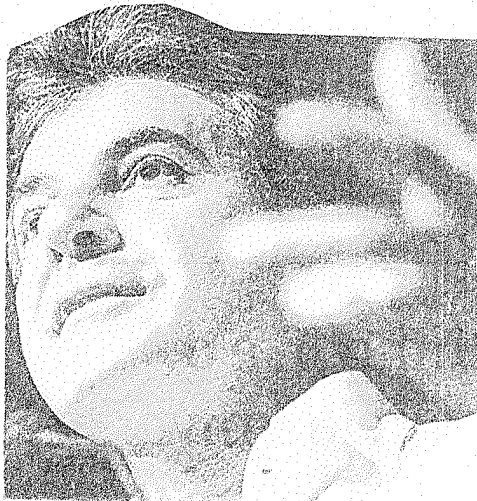
12 JAN 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Contra o nepotismo

Todos os funcionários do governo do estado do Paraná precisarão passar por um pente fino antinepotismo até o fim de fevereiro. O governo está solicitando que todos os nomeados para cargos em comissão preencham uma declaração e entreguem ao departamento de recursos humanos afirmando que não são casados com ninguém que esteja ocupando cargo de chefia no Executivo. A determinação foi publicada via Diário Oficial, na última sexta-feira, junto com um decreto que explica as regras para que a contratação seja admissível. Claro, há exceções. O irmão e a esposa do governador **Beto Richa (foto)** – Pepe e Fernanda – continuam no secretariado, assim como o irmão da vice Cida Borghetti (o secretário de Planejamento, Sílvio Barros). É que a súmula do Supremo Tribunal Federal que regula nepotismo não vale para cargos de primeiro escalão.



1 0 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF suspende quebra de sigilo de jornalista

Lewandowski pede que Procuradoria opine sobre a divulgação de investigação sigilosa

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, suspendeu nesta sexta-feira (8), a pedido da ANJ (Associação Nacional dos Jornais), a decisão de um juiz federal que determinava a quebra do sigilo telefônico de um jornal e de um jornalista para tentar identificar a fonte de uma reportagem.

De acordo com o presidente da corte, a suspensão visou preservar a liberdade de imprensa e o sigilo constitucional da fonte: "Estar-se-á resguardando uma das mais importantes garantias constitucionais, a liberdade de imprensa, e, reflexamente, a própria democracia".

O caso em questão trata da quebra de sigilo determinada contra o "Diário da Região", do Grupo Diário da Comunicação de São José do Rio Preto (SP), e contra o jornalista Allan de Abreu.

Ele escreveu reportagens sobre a Operação Tamburuta da Polícia Federal, que tratou de um esquema de corrupção na Delegacia do Trabalho da cidade. Seus textos veicularam trechos de escutas telefônicas da operação.

Como o material era protegido por segredo de Justiça, o Ministério Público Federal iniciou uma investigação para descobrir quem vazou a documentação. Questionado, Abreu evocou o preceito constitucional e não revelou sua fonte. A Procuradoria pediu a quebra dos sigilos telefônicos do jornal e do jornalista para identificar o vazamento.

A quebra foi autorizada pelo juiz Dasser Lattiere Júnior, da 4ª Vara Federal de São José do Rio Preto. O jornal recorreu, mas, no fim de 2014, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a quebra.

A ANJ enviou uma reclamação ao STF para tentar derrubar a decisão do juiz e garantir o princípio constitucional do sigilo da fonte. Na decisão, Lewandowski ponderou que a questão é da "mais alta complexidade", pois, de um lado, trata da liberdade de imprensa e, de outro, da violação do segredo de Justiça.

Como o STF está em recesso, o presidente suspendeu a quebra e determinou que a Procuradoria se manifeste. O processo será distribuído a um dos ministros, e o STF irá decidir se o sigilo da fonte prevalece ou não sobre a violação do segredo de Justiça.

Após a decisão a ANJ divulgou nota dizendo que um princípio constitucional foi preservado e que Lewandowski protegeu um dos pilares da liberdade de imprensa.

10 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

SP cobra indenização milionária de novo ministro de Dilma

TCE-SP considerou indevida a concessão de reajustes em contratos quando Rodrigues presidia a EMTU

Atual ministro dos Transportes argumenta que perícia concluiu que aditivos eram justificáveis

AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O novo ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), é alvo de ação judicial na qual o Estado de São Paulo pede indenização pela suposta concessão indevida de reajustes contratuais em favor de empresas na gestão dele como diretor-presidente da EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos).

As supostas irregularidades foram apontadas pelo TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), que considerou injustificáveis aditivos contratuais firmados por Rodrigues e outros gestores.

Dez aditivos aumentaram em 74% o valor de um contrato com empresas de transporte, percentual classificado de "exorbitante" pelo TCE.

O atual ministro de Dilma assinou cinco desses aditivos. Ele, porém, argumenta que uma perícia contábil feita durante o processo judicial concluiu que as alterações nos

valores eram justificáveis.

A ação foi movida em 2007 pela própria EMTU contra Rodrigues, outros três gestores da época e as três empresas contratadas. Não há sentença ainda, mas o processo já está na fase final.

A EMTU contesta a alegação da perícia, afirmando que os cálculos comprovam que o reajuste contratual foi "em muito superior" aos reajustes salariais dos funcionários, motoristas e cobradores.

O prejuízo cobrado conjuntamente dos sete réus é de R\$ 9,2 milhões, em valores de 2004, o que atualizado chega a cerca de R\$ 17 milhões.

O contrato inicial foi firmado em 1992 para operação e manutenção de 46 trôlêbus, com um consórcio de três empresas. Os aditivos foram assinados entre 1993 e 1996.

"Ao assinarem os termos aditivos ilegais, [os gestores] quebraram o dever do administrador público de velar pela observância do princípio da legalidade", argumentou a EMTU na ação.

Rodrigues foi indicado ao Ministério dos Transportes por seu partido, o PR, comandado informalmente pelo ex-deputado Valdemar Costa Neto, que cumpre pena em regime aberto por sua condenação no mensalão.

O ministro, que é suplente

da senadora Marta Suplicy (PT-SP), agora comanda no governo federal a mesma área na qual é acusado de irregularidades em São Paulo.

A Folha já mostrou que Rodrigues foi condenado pelo Tribunal de Justiça de SP, acusado de contratar ilegalmente uma empresa de locação de mão de obra na EMTU. Mas o STJ anulou a sentença citando uma falha processual e determinou o recomeço da ação.

>OUTRO LADO<

Parecer era favorável, diz ministro

O ministro Antônio Carlos Rodrigues diz que análises técnicas mostravam a necessidade dos aditivos e que uma perícia contábil feita no processo sustenta que os reajustes de preço eram "justificáveis" no cenário da época.

"O corpo técnico da EMTU apresentou elementos que efetivamente comprovavam o desequilíbrio contratual. Houve também parecer jurídico favorável à concessão."

Ele diz que o atual pedido de ressarcimento da EMTU contradiz postura anterior da empresa, que no julgamento no TCE defendeu os aditivos. A perícia feita no processo diz que os reajustes foram justificáveis pelos aumentos nos preços de insumos e salários.

10 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça de MG barra aumento da tarifa de ônibus em BH

O Tribunal de Justiça de MG suspendeu na tarde desta sexta (9) o reajuste das tarifas de ônibus de Belo Horizonte, ocorrido há duas semanas. A tarifa havia subido 8,5%, em média.

Entre os motivos alegados contra o aumento estão dois reajustes ocorridos no mesmo ano (abril e dezembro), realizados pela BH-Trans, e não pelo prefeito Marcio Lacerda (PSB), e o aumento acima da inflação acumulada do período.

Terceira maior cidade de São Paulo, Campinas terá tarifa de transporte público equivalente à da capital a partir deste sábado (10). Passará R\$ 3,30 para R\$ 3,50 – aumento de 6,06%.

A mudança de preço, segundo a prefeitura, ocorre por causa do aumento de custos do sistema e da inflação. O último reajuste foi em agosto de 2014.

A partir de segunda-feira (12), a tarifa de ônibus também custará mais caro no Recife. O valor da passagem para o anel A, principal faixa tarifária e que corresponde a 80% das linhas, deverá passar de R\$ 2,15 para R\$ 2,45.

MÔNICA BERGAMO

CONTA CORRENTE

A Justiça mandou penhorar um anúncio no intervalo comercial do “Superpop”, programa de Luciana Gimenez, para pagar uma dívida trabalhista da RedeTV!. O valor da inserção de 30 segundos na atração apresentada pela mulher de Marcelo de Carvalho, um dos sócios da emissora, foi estimado em R\$ 107 mil.

CONTA 2

A indenização devida pela emissora a uma repórter que deixou o canal em 2004 foi fixada em R\$ 77 mil. A multa é relacionada a verbas rescisórias que não foram pagas. O Tribunal Regional do Trabalho determinou a penhora porque, apesar de já ter sido citada, a empresa não fez o pagamento. Procurada, a RedeTV! não se manifestou.

11 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Direitos humanos, utopia brasileira

ATILA ROQUE

O Brasil vive momento crucial: nos últimos 30 anos, tivemos progresso notável ao emergir da ditadura para a democracia. Uma sociedade civil ativa sempre foi elemento fundamental nesse processo.

Entretanto, apesar dos avanços conquistados em termos de redução da pobreza extrema, continuamos convivendo com um déficit de justiça que compromete o futuro. A proteção e realização de direitos segue uma lógica seletiva, que exclui parcelas de nossa sociedade. A agenda de direitos humanos é a principal fronteira a ser expandida e consolidada nos próximos anos.

Os desafios são muitos, mas há dois temas que, na perspectiva da Anistia Internacional, poderão nos ajudar a avançar na equalização da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos no país.

O primeiro diz respeito a um certo desenvolvimentismo que tem sido usado para justificar o atropelo dos direitos de povos indígenas, populações quilombolas e urbanas impactadas por planos modernizantes. Temos graves violações de direitos e crimes ambientais de consequências irreversíveis.

O preço tem sido alto e comuni-

Enquanto segurança pública não for prioridade na garantia dos direitos humanos, vamos continuar com a epidemia de violência

dades tradicionais e indígenas vivem riscos de retrocesso em conquistas constitucionais essenciais, sob ataque de grandes interesses econômicos ligados aos mais diversos setores, especialmente aqueles compreendidos pelo agronegócio.

Não se trata de demonizar interesses econômicos ou negar importância à busca por aumento de produtividade, crescimento e outras aspirações importantes, mas de garantir que isso não seja feito às custas de violações de direitos.

O segundo tema abrange os sistemas de Justiça e segurança pública. O Brasil se encontra entre os piores do mundo, mesmo que tenhamos legislação para estabelecer as bases de um sistema que garanta os direitos de todos. Mas o que vemos são sistemas que aplicam pesos e medidas diferenciados de acordo com a origem e cor, local de moradia ou classe social dos cidadãos.

Nos últimos dez anos, por exem-

plo, a violência letal entre os jovens brancos caiu 32,3% e entre os negros subiu 32,4%. Ou seja, os homicídios de jovens negros é um dos principais pilares que sustentam o alto índice de assassinatos.

Apenas em 2012, um total de 56 mil pessoas foram vítimas de homicídio. O outro pilar é a indiferença com a qual a sociedade e o Estado tratam essas mortes.

Uma parte significativa da letalidade decorre de ações da Polícia Militar, que está entre as que mais mata e morre no mundo. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 490 policiais tiveram mortes violentas em 2013. Entre 2009 e 2011, foram 1.770 policiais vitimados. Cerca de 75% foram mortos fora do horário de serviço.

Enquanto a segurança pública e os profissionais que atuam nessa área não forem reconhecidos como prioridade na defesa e garantia dos direitos humanos, continuaremos a conviver com esse estado de verdadeira epidemia de violência.

Esses são pontos de uma agenda de mudanças pela qual vale a pena mobilizar recursos, energia e paixão.

ATILA ROQUE, 54, historiador, é diretor-executivo da Anistia Internacional no Brasil

1 1 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Mais um passo

Com uma resolução publicada no final de dezembro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou novas regras para a prestação de contas dos partidos, aumentando a transparência contábil das legendas e facilitando o exame de suas movimentações financeiras.

O conjunto de normas soa tão natural e necessário que, ao menos de um ponto de vista retórico, líderes do PT e do PSDB não viram alternativa a não ser apoiá-lo.

Redigida pelo presidente do TSE, José Antonio Dias Toffoli, a medida determina que as agremiações, nas suas distintas esferas de direção, mantenham três contas bancárias, separando recursos que hoje se encontram reunidos — e confundidos — em uma única conta.

Passarão a ter registros distintos as movimentações do Fundo Partidário, aquelas referentes às doações de campanha e as relativas a verbas de outras origens, como comercialização de bens e produtos.

Além disso, os bancos deverão, a cada 30 dias, enviar à Justiça Eleitoral extratos eletrônicos, com a identificação de cada depositante. O avanço é evidente; até agora, os partidos emitiam meros demonstrativos contábeis ao final do ano, mantendo, na prática, injustificável sigilo sobre suas finanças.

A primeira prestação de contas sob essas regras será feita em abril

de 2016, com um sistema digital que permite tabular e cruzar dados.

Com outra resolução, o TSE já havia coibido as chamadas doações ocultas — subterfúgio usado sobretudo por empresas a fim de esconder vínculos entre um determinado candidato e seu patrocinador.

Somadas, as normas tornam o processo eleitoral muito mais transparente. Identificar com clareza os financiadores é fundamental para compreender que interesses os eleitos pretendem defender. Além disso, torna-se mais fácil verificar, após o pleito, se um político usa prerrogativas — e verbas — públicas para retribuir o “favor”.

Talvez mais importante, o incremento na fiscalização pode evitar que propinas sejam pagas na forma de doações eleitorais, como a Operação Lava Jato sugere ter ocorrido.

Ainda falta, contudo, garantir que a prestação de contas seja diária e divulgada em tempo real, pela internet. Em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, o ministro Dias Toffoli afirmou que a exposição na rede é o objetivo final.

Esse passo, entretanto, o TSE não deu; deixou a tarefa a cargo do Congresso. Vê-se que os líderes do PT e do PSDB têm a oportunidade de mostrar que seu apoio a ganhos de transparência e fiscalização nas contas partidárias não é apenas da boca para fora.

11 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Maestro 1 Os primeiros julgamentos de políticos envolvidos na Lava Jato serão comandados pelo próprio relator dos processos. Teori Zavascki preside a turma que vai julgar os parlamentares.

Maestro 2 Quando presidiu o STF, Joaquim Barbosa pautou parte do julgamento do mensalão, que relatava.

Inédito na TV Segundo o regimento do STF, os julgamentos das turmas não são transmitidos ao vivo nem podem ser gravados por emissoras de TV. Ministros pretendem rediscutir a regra graças à Lava Jato.

Na tela Só serão julgados pelo plenário, com transmissão pela TV Justiça, processos que envolvam presidentes do Senado ou da Câmara —o que pode ocorrer se Renan Calheiros (PMDB-AL) ou Eduardo Cunha, que disputam os postos, virarem réus.

Vem por aí Entre os processos que devem ir ao plenário do Supremo em 2015 estão a liberação de biografias não autorizadas, o poder de investigação do Ministério Público e a regra de distribuição de royalties do pré-sal.

12 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

País vai gastar R\$ 151 mil por mês com cada congressista

Valor é uma média que inclui salário e benefícios a deputados e senadores

**Integrantes da nova
legislatura, que começa
em fevereiro, receberão
remuneração 26%
maior, de R\$ 33,7 mil**

MÁRCIO FALCÃO
GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

Quando o novo Congresso tomar posse no início de fevereiro, cada um dos 594 parlamentares — 513 deputados federais e 81 senadores — vai passar a custar R\$ 151 mil por mês aos cofres públicos.

Ao longo do ano, o poder Legislativo vai gastar mais de R\$ 1 bilhão com os vencimentos e os principais benefícios recebidos por cada um dos deputados e senadores.

O levantamento feito pela **Folha** leva em consideração as principais vantagens que têm os valores divulgados pela Câmara e Senado, como salários, auxílio-moradia, ajudas de custo para a mudança do parlamentar para a capital federal, além passagens aéreas e verbas para os gabinetes, entre outras.

O custo de cada parlamentar aumentou após o reajuste de 26% que os congressistas

se concederam em dezembro, no final das atividades de 2014. Os salários, antes do aumento, eram de R\$ 26,7 mil por deputado ou senador.

A atualização dos vencimentos terá um impacto de quase R\$ 93 milhões por ano na folha de pagamento do poder Legislativo.

Na prática, as despesas com cada congressista são ainda maiores, uma vez que alguns repasses feitos não têm valores divulgados ou são de difícil mensuração, como despesas médicas, conta gráfica e manutenção dos apartamentos funcionais.

LISTA DE BENEFÍCIOS

Na Câmara, além do salário de R\$ 33,7 mil, os deputados têm direito a auxílio-moradia de R\$ 3,8 mil, cota para atividade parlamentar entre R\$ 27,9 mil e R\$ 41,6 mil (de acordo com o Estado do parlamentar), mais verba de gabinete de R\$ 78 mil.

Cada deputado pode contratar até 25 funcionários, cargos de indicação política com salários que vão de R\$ 845,00 até R\$ 12.940,00. Ele distribui as vagas e os salários de acordo com o número de servidores que escolhe para o gabinete.

A regra é a mesma aplicada no Senado, onde cada congressista pode contratar até 55 funcionários no total, com verba de gabinete média de R\$ 80 mil.

Os senadores também recebem um “cotão” que varia entre R\$ 21 mil e R\$ 44 mil para os gastos nos escritórios montados nos Estados, passagens aéreas e divulgação das ações de seu mandato.

Todos os 81 senadores ainda têm direito a gastos ilimitados com telefones celulares, que não estão incluídos no “cotão”, ao contrário do que ocorre na Câmara.

Cada senador tem direito a um veículo oficial, que é alugado pela Casa e que tem o combustível custeado.

Com exceção do comando da Câmara, os deputados federais ganham o ressarcimento pelos combustíveis após apresentar notas fiscais, mas não têm direito aos veículos alugados.

CONTINUA

12 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ORÇAMENTO

O Congresso tem orçamento previsto de R\$ 9 bilhões para 2015, montante maior do que o de Estados como Roraima e Acre. A Câmara terá direito a R\$5,1 bilhões e o Senado R\$3,9 bilhões.

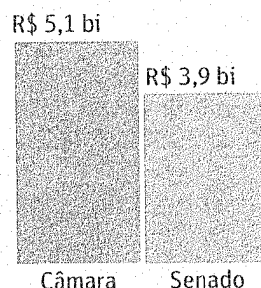
Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) tem como bandeira de sua gestão o corte de gastos na instituição, mas as medidas alinhadas ao discurso de autoridade não atingiram nenhum dos benefícios concedidos aos senadores.

Os alvos dos cortes foram servidores e áreas técnicas da Casa, sem redução de vantagens aos congressistas.

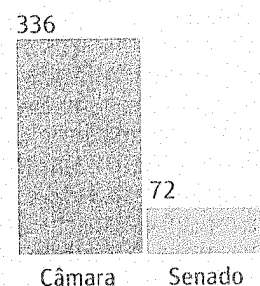
LEGISLATIVO CARO

Cada congressista sai por R\$ 151 mil por mês

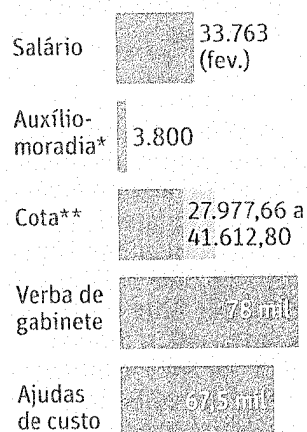
Orçamento do Congresso



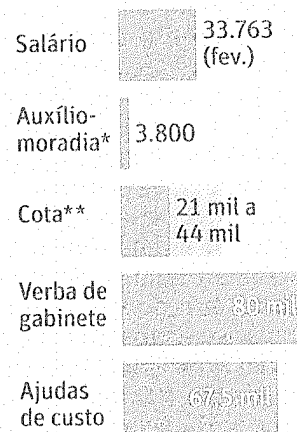
Apartamentos funcionais



Deputados (513), em R\$



Senado (81), em R\$



(*) Para parlamentar sem imóvel funcional
(**) Varia por Estado

10 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Sobrinho de Youssef rompe tornozeleira eletrônica

Sobrinho de Youssef é procurado pela polícia

Celso Felizardo

Reportagem Local

Londrina – O empresário Maurício Youssef Parizzoto, de 41 anos, sobrinho do doleiro Alberto Youssef, envolvido no esquema da Operação Lava Jato, é considerado procurado pela Justiça. Parizzoto, que cumpria pena por furto qualificado no regime semiaberto, rompeu a tornozeleira eletrônica e se evadiu do sistema prisional do Centro de Ressocialização de Londrina (Creslon) há 20 dias.

De acordo com a Polícia Civil, os crimes cometidos por Parizzoto, furtos e estelionato, não têm qualquer relação com o escândalo de corrupção que envolve o tio.

Segundo os investigadores, as diversas passagens por furto e receptação do empresário, que começaram em 2008, estão ligadas ao fato de ele ser dependente químico. Conforme os relatos, Parizzoto leva uma vida longe da criminalidade nos períodos que consegue se manter afastado das drogas.

Os policiais têm feito buscas constantes pela cidade, mas

não conseguiram encontrá-lo até ontem. A Polícia Civil investiga também a participação dele no furto a uma loja de móveis na Rodovia Carlos João Strass, próximo à Avenida Brasília. A tornozeleira foi rompida naquela região poucos minutos antes do crime. O diretor do Creslon, Reginaldo Peixoto, explicou que após o rompimento, um sinal de alerta é emitido para o sistema em, no máximo, 25 segundos.

As tornozeleiras começaram a ser usadas em Londrina, no final de outubro, por 22 presos. No começo de dezembro já eram cem monitorados. Atualmente, são 162 detentos nessa situação. Em quase três meses de adoção do sistema, cerca de 15 violações foram registradas, sendo que seis presos romperam o lacre da tornozeleira. Apenas Parizzoto permanece foragido. Peixoto defende que a relação de violações são baixas, se comparada aos bons resultados obtidos com os outros presos. "A tornozeleira não foi feita para evitar fuga, porque é um benefício para os presos de bom comportamento. Infelizmente, uma minoria desrespeita as regras."

10 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Crítérios contábeis contestados

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) enviou um ofício em resposta ao senador Roberto Requião (PMDB-PR), confirmando que o governo do Paraná não utilizou os critérios adequados para calcular as despesas com a folha de pagamento do Estado. Conforme a STN, a gestão de Beto Richa (PSDB) ultrapassou o limite de gastos em sete pontos percentuais no último quadrimestre de 2013, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A íntegra do documento, com data de dezembro de 2014, foi publicada no site do peemedebista.

Sem efeito prático

Segundo Requião, a manobra representa uma “fraude contábil” e teria sido usada para o Executivo conseguir a aprovação de uma série de empréstimos internacionais. O entendimento, contudo, não deve resultar em implicações práticas. Isso porque, também no ano passado, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) conseguiu obter uma liminar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), abrindo caminho para a liberação das operações de crédito solicitadas. A STN pede, apenas, que a posição informada ao senador seja também comunicada ao governo, ao Senado, ao Ministério Público (MP) e ao Tribunal de Contas (STN).

10 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Brancos dominam altos cargos no serviço público

Levantamento sobre a presença de raça e cor no funcionalismo federal aponta que pardos são maioria em atividades de nível auxiliar

Luis Fernando
Wiltensburg
Reportagem Local

O número de brancos ocupando cargos dentro do Poder Executivo federal é maior que o de negros e pardos juntos, apesar de não representarem a maioria étnica ou racial do Brasil. Os números foram divulgados ontem pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), tomando como base o quadro de funcionalismo público do ano passado.

Além de serem em maior número, os brancos também estão mais presentes em funções que exigem mais qualificação, enquanto os pardos são maioria nas atividades de nível auxiliar. Os brancos ainda concentram mais cargos de diretoria e assessoramento que outras raças ou cor.

A Enap é uma escola do governo federal voltada para formação e aperfeiçoamento no setor a servidores públicos federais. De acordo com o levantamento sobre a presença de raça e cor no funcionalismo público, os brancos ocupam 51,7% dos car-

gos na administração direta federal, autarquias e fundações, enquanto negros e pardos, juntos, concentram 26,4% das vagas. A cor de pele amarela, que representa principalmente japoneses, está presente em 3,4% do serviço público federal e os indígenas em 0,3%. Entretanto, não há informações sobre raça ou cor de 18,2% do universo estudado – são servidores que não quiseram informar ou não foram perguntados sobre sua etnia.

Porém, ao comparar com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), os brancos representam 47,7% da população, enquanto 43,1% se declaram pardos e 7,6%, pretos. Os amarelos são 1,1% e os indígenas, 0,4%.

Para o doutor em antropologia social e professor de antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Marcos Silva da Silveira, estes dados mostram a importância da qualificação profissional e a predominância da cor branca em funções mais altas indicam a necessidade de mudança na mentalidade do brasileiro e de qualificação de negros e pardos.

O antropólogo afasta relação direta entre a composição populacional e os cargos ocupados no serviço público. “Os números e proporções de raça e cor do Brasil como um todo não correspondem a nenhuma região ou estado em particular, nem mesmo ao Distrito Federal”, diz.

Para ele, o mais interessante é perceber como o nível de escolaridade conta – enquanto os amarelos, principalmente japoneses, têm alto nível de escolaridade, os negros têm baixa escolaridade e, por isso, a representatividade no poder público é a metade de sua presença na sociedade.

Silveira também chama a atenção para o fato de o número de funcionários pardos ser maior entre os menos qualificados e os brancos dispararem nos níveis de maior escolaridade e nos cargos de confiança. De acordo com os números da Enap, 44% das funções de nível auxiliar são exercidas por pardos, enquanto os brancos estão em 23,5% delas.

CONTINUA

10 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CORES DO PODER EXECUTIVO

CONTINUAÇÃO

Nas atividades de nível intermediário, os brancos ocupam 41,4% dos postos e 61,1% dos que exigem nível superior – nestes quesitos, respectivamente, os pardos são 26,7% e 17,3%.

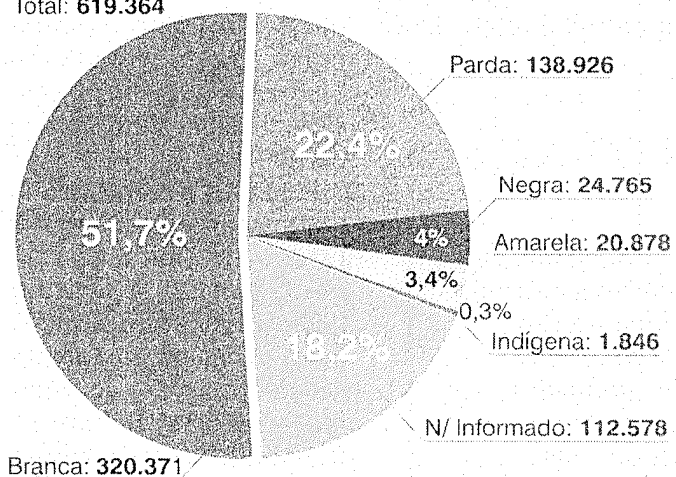
Os cargos de assessoramento superior também são dominados pelos brancos, que ocupam 60,6% destes postos.

O antropólogo defende que a política de cotas para o ensino superior adotada pelo governo federal é essencial para dar acesso a negros e pardos a melhor qualificação. “Mas dificilmente estas políticas vão alterar os dados com relação aos cargos de confiança, por exemplo, enquanto não houver uma mudança de mentalidade no país.”

Pardos e negros são em menor número que brancos e têm maior presença em funções mais básicas

NÚMERO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, SEGUNDO RAÇA E COR DA PELE:

Total: 619.364



DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, SEGUNDO RAÇA E COR, POR CATEGORIA DO CARGO (EM %)

	Nível auxiliar	Nível intermediário	Nível superior	Sem cargo eletivo
Branca	23,5	41,1	61,1	59,7
Parda	44,3	26,7	17,3	22,4
Negra	6,4	5,2	2,8	4,0
Amarela	2,8	4,5	2,7	1,9
Indígena	0,7	0,3	0,2	1
Não informada	22,3	22,2	15,9	11

Fonte: Escola Nacional de Administração Pública

Folha Arte

“

Dificilmente estas políticas (de cotas) vão alterar os dados com relação aos cargos de confiança, por exemplo, enquanto não houver uma mudança de mentalidade no país”

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

(In)decisão da Justiça Eleitoral

A cidade de Rolândia (Região Metropolitana de Londrina) vive dias conturbados politicamente. Dentro de um mês, foram três prefeitos. O eleito, Johnny Lehmann (PTB), deixou a cadeira depois que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) derrubou liminar que o mantinha no cargo. Sabine Giesen (PMDB) assumiu, na condição de presidente da Câmara de Vereadores. Com a eleição da Mesa, o novo presidente, José de Paula Martins (PSD), tornou-se prefeito, ficando no cargo por nove dias, até nova decisão do TSE, que devolveu a cadeira para Johnny. O petebista reassumiu o cargo no final da tarde de sexta-feira.

'Exagero'

Para Johnny Lehmann, a troca de todo o secretariado, promovida pelo opositor José de Paula, foi um "exagero". "Ele podia ter esperado pelo menos, o resultado do nosso recurso com pedido de liminar. Agora o município tem que pagar todos esses secretários que foram desligados." Quanto a devassa no Executivo, anunciada por Martins, Johnny disse que não teme a medida. "Se ele quiser, eu até ajudo ele a fazer essa fiscalização." A confusão no comando da prefeitura de Rolândia começou depois que Johnny foi acusado de abuso de poder econômico e político durante a campanha, por ter supostamente se beneficiado de matérias positivas em um jornal de circulação regional.

Cassada

A eleição em Cambira está marcada para o próximo domingo, quando cerca de 6 mil eleitores devem retornar às urnas. O pleito foi definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) depois que transitou em julgado o processo que cassou o registro da ex-prefeita Maria Neusa Rodrigues Belinni (PSDB) e do vice Manoel Luiz Nochi (PR), condenados por compra e abuso do poder econômico, em razão da distribuição de combustível em troca de voto nas eleições municipais. Além da cassação de registro, os dois foram multados e ficaram inelegíveis.

Sessão Especial

Apesar da tranquilidade na campanha, a disputa em Cambira chegou ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná que agendou para a próxima terça-feira, a partir das 14 horas, sessão extraordinária para julgamento da impugnação da candidatura de Maurílio. O recurso foi negado em primeira instância e a candidatura confirmada, mas a oposição recorreu ao TRE.

1 1 JAN 2015

INFORME

Ex-amante de Youssef posa nua

De salto alto e coberta por notas de dólares, é assim que a ex-amante do doleiro londrinense Alberto Youssef, Taiana de Sousa Camargo, de 30 anos, estampa a capa da revista Playboy de janeiro. Ela, que posa em quartos de hotel e jatinhos particulares, contou à revista que foi "a primeira pessoa para quem ele mandou uma mensagem quando foi preso". O doleiro foi preso em março de 2014 na Operação Lava Jato e ocupa uma cela na superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

'Fiquei magoada'

"Ele nunca mais me ligou depois daquela mensagem. Acho que ele primeiro pensou em se preservar. Fiquei magoada", disse Taiana. O romance começou em 2009 após Taiana se mudar para São Paulo, para trabalhar com vendas. Ela conta que foi apresentada a Youssef por uma amiga em comum e que o contato entre os dois se tornou frequente até se transformar em um tórrido caso de amor.

Dez mil ligações

De acordo com a Polícia Federal, que quebrou o sigilo telefônico do doleiro, entre 2010 e 2013 eles se falaram ao telefone por 10.222 vezes. Ela conta que, durante o relacionamento, tomou conhecimento sobre casos de corrupção envolvendo o doleiro. "Cheguei a confrontá-lo. Mas ele disse que essas acusações eram isso, passado, e que eu estava sendo preconceituosa. Acabou me dobrando", explica.

12 JAN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

Criação conjunta

Entenda como vai funcionar a guarda dos filhos de pais separados com nova lei

Paula Weidlich
pweidlich@tribunadoparana.com.br

O divórcio é quase sempre um processo delicado e doloroso para um casal e, quando eles têm filhos, as coisas nem sempre se resolvem da maneira tão simples. Quando os pais se separam, uma das questões que provoca ainda mais desentendimentos é a definição sobre a guarda das crianças. Mas agora, com a nova lei da guarda compartilhada, que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no final do ano e publicada no Diário Oficial da União no último dia 23 de dezembro, a guarda e a criação das crianças deverá ficar a cargo da mãe e do pai, de forma conjunta.

Com estas mudanças, de acordo com a nova legislação, que altera o Código Civil, a guarda dos filhos deverá ser compartilhada pelos pais, mesmo que eles não estejam de acordo com esta decisão, concedida pelo juiz. Com o novo modelo de guarda, que passou a ser regra no Brasil, salvo em exceções, pai e mãe deverão dividir as responsabilidades, os deveres e os direitos relacionados à educação e cuidados com os filhos, sendo responsáveis na mesma medida por decisões importantes que envolvam a vida das crianças.

Apesar das mudanças, a juíza titular da 4ª Vara de Família do Foro Central de Curitiba, Fernanda Karam de Chueiri Sanches, diz que a guarda compartilhada não é algo novo. “Na prática, não muda tanto. A guarda compartilhada já existia

há algum tempo e, agora, a Lei 13.058 deixa mais explícito este entendimento, de que, quando não houver acordo entre os pais, será aplicada a guarda compartilhada”. Segundo a magistrada, antes, a legislação afirmava “prefere-se a guarda compartilhada”, agora esta orientação fica mais evidente, a guarda será compartilhada sempre que defender e proteger os interesses da criança.

No entanto, apesar da regra, todos os casos ainda serão analisados e avaliados individualmente pelos juízes. Para conceder a guarda compartilhada eles irão verificar se ambos os pais têm interesse e condições de exercer a guarda e se esta decisão será a que melhor atenderá às necessidades dos filhos. “O juiz não vai olhar para o interesse dos pais e sim o das crianças. A guarda compartilhada não será automática e nem obrigatória, mas será a aplicada sempre que defender o melhor interesse da criança” explica Fernanda.

Guarda compartilhada não é 'bagunça'

A guarda compartilhada não é a mesma coisa que convivência alternada, ela não significa que as crianças ficarão sem uma rotina estabelecida. Na guarda compartilhada, as crianças têm uma residência fixa e podem passar períodos na casa de um dos pais e não apenas poucos dias nos fins de semana. E seus pais dividem todos os direitos e deveres. “Não há o pai ou mãe de fim de semana, que apenas visita a criança. Os genitores participam de forma ativa e responsável da criação dos filhos”, observa a juíza.

Outra coisa que não muda é em relação à pensão alimentícia.

Ela continua sendo um direito da criança, porém, ela pode ser revista, já que pai e mãe têm despesas no período em que estiverem com os filhos. A advogada especialista em Direito de Família e professora do curso de Direito da Universidade Positivo Thais Venturi diz que, agora, o pai e a mãe devem contribuir e arcar com as despesas, de forma relativizada e proporcional às suas condições e as questões relacionadas à mudança no modelo de guarda e os valores das pensões, se necessário, podem ser revistas.

A advogada diz que a guarda só não será compartilhada se um dos pais não a desejar ou em casos em que um dos dois não esteja apto para assumir esta responsabilidade. “Apenas motivos graves, como maus tratos, histórico de agressões verbais, físicas ou psicológicas ou de comportamento duvidoso podem desabonar um dos pais para exercer o poder familiar, o antigo pátrio poder. Mas temos que deixar claro, também, que esta lei não acaba com a guarda unilateral, ela continuará existindo e sendo aplicada quando não houver condições para a guarda compartilhada”, ressalta Thais.

No caso de filhos de pais que vivem em cidades diferentes, a guarda ainda poderá ser compartilhada. Nesta situação, os pais continuarão decidindo de forma conjunta sobre os acontecimentos relacionados à vida e à criação dos filhos e mantendo contato com eles. O acompanhamento e as conversas com quem estiver longe podem ser feitas por telefone, internet e redes sociais, e com contato pessoal nas férias e feriados. (PW)

12 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Força-tarefa fez 88 réus ligados ao Petrolão

Um velho conhecido da polícia foi preso no dia 17 de março de 2014 em São Luís, no Maranhão. Fisgado na Operação Lava Jato em agosto de 2013, quando começou a ter as ligações telefônicas monitoradas, o doleiro Alberto Youssef era considerado um dos maiores operadores do mercado paralelo do país. Tinha encontrado na véspera da prisão um assessor da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB). Naquele dia, policiais federais saíram às ruas para cumprir 28 mandados de prisão e 81 ordens de busca e apreensão em 17 cidades do país.

A colheita de provas nos endereços de Youssef foi a mais proveitosa e levou os policiais aos tentáculos do "petrolão", o maior esquema de corrupção da história contemporânea, que sangrou os cofres da Petrobras pelo menos desde 2004. ■